



**ESTAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DE PARIS A STRASBURGO.**

A ESTAÇÃO do caminho de ferro de Paris a Strasburgo, situada no quinto bairro, entre os arrabaldes S. Martinho e S. Diniz, é a mais monumental de todas as que até hoje se têm construído na magnífica capital do imperio francez. A sua apparencia é grandiosa, e tem um caracter verdadeiramente especial. Conhece-se logo á primeira vista qual deve ser o destino deste immenso e elegantissimo edificio, construído todo de cantaria até ao nivel do tecto, que é de ferro, e de uma ousadia e ligeireza notáveis.

O conjuncto do monumento, precedido de um vasto pateo semi-circular, cingido de airoso gradamento de ferro, apresenta a figura de um rectangulo perfeito, de cerca de 180 metros de comprimento sobre 70 de largura. Compõe-se, além do grande corpo central, onde estão os carris, de quatro formosos torreões, com dous andares, que se communicam, ao nivel do primeiro andar, por uma especie de terraço, guarnecido de balaustrada de pedra, e ornado de um relógio, que acompanham dos lados as estatuas do Sena e do Rheno. Os torreões da direita contêm as salas de chegada, a thesouraria, e a repartição da contabilidade geral; os da esquerda comprehendem as salas de partida, a secretaria, os archivos, o contencioso etc. No angulo formado pelo frontão

do corpo central vê-se uma estatua colossal representando a cidade de Strasburgo.

Ao nivel do chão corre uma galeria coberta em torno de todo o edificio. Interiormente ha uma igual galeria, mas ao nivel do segundo pavimento. A galeria exterior tem onze arcos sobre o pateo de entrada, e vinte e cinco ou trinta em cada uma das faces lateraes: a interior tem sete apenas na frente, e trinta e sete de cada um dos lados. Os capiteis das columnas que os decoram são todos de differente desenho: uns representam fructos, outros flôres, outros cabeças de animaes. As columnas, que sustentam os onze arcos da frente, são além d'isso ornadas, em seus capiteis, com os escudos de armas das terras principaes, que esta importante via ferrea communica entre si; a saber: as cidades de Paris, Maux, Château-Thierry, Epernay, Reims, Châlons, Bar-le-Duc, Nancy, Metz, Luneville, Saverne, e Strasburgo.

A estação do caminho de ferro de Paris a Strasburgo, e suas dependencias e officinas, foi construída á custa do thesouro publico, e custou dezoito milhões de francos. Mr. Duquesney, habil architecto, que planeou e dirigiu os trabalhos, não chegou a gosar o effeito geral da sua obra, porque falleceu em 1850, quando esta soberba fabrica ainda não estava terminada.

## ECONOMIA SOCIAL.

## LIBERDADE DO COMMERCIO.

## I.

SE fosse possível que o homem vivesse em algum tempo só para si e por si, separado da associação cooperadora de seus semelhantes, a sua existencia havia de ser necessariamente miseravel e o seu progresso limitadissimo. Mas a isso se oppunha a sua natureza social por tendencia, por necessidade de sua existencia e do seu destino. Cada homem é dotado de uma possibilidade de desenvolvimento inferior em uma ou algumas das suas faculdades. Impellido a produzir pela necessidade de melhorar o seu estado precario, cada homem obedeceu á sua tendencia natural, entregando-se á ordem de producção a que a sua especial organização o chamava. Observou que, se conseguira satisfazer com abundancia a uma ou algumas das suas necessidades, deixára as outras privadas dos recursos da sua actividade; ao mesmo tempo que com relação a necessidades diversas os seus semelhantes se achavam em circumstancias perfeitamente identicas.

D'aquí á idéa da troca não havia mais que um passo, facil de dar ainda ás intelligencias menos desenvolvidas.

Com a simples troca a civilização recebeu já um grande impulso.

Livre do cuidado de satisfazer a diversas necessidades, porque com um só genero de productos alcançava os outros, o homem pôde concentrar n'elle toda a sua attenção. Mas como trabalha para satisfazer necessidades, como o trabalho é uma pena que tem por fim evitar outra pena maior, a sua propria natureza o levava, primeiro a augmentar a satisfação, tornando o producto mais perfeito para melhor se accommodar á necessidade; e em segundo logar a diminuir o trabalho, que essa producção reclamava, aperfeçoando o processo para a obter.

A perfeita satisfação das necessidades é o fim do homem e a primeira condição do seu bem estar. Se a necessidade, a privação é um soffrimento, um mal, fica evidente que quanto mais perfeita for a satisfação maior será o bem. Por outra, se o trabalho é tambem um mal para evitar outro mal maior, é claro que quanto menor for o trabalho pelo qual se obtiver o producto maior será o bem. E se pela troca se obteve d'um lado aperfeçoamento do producto, e do outro diminuição do trabalho, é evidente que a troca foi um fecundo elemento do bem, um gigantesco passo do progresso, um poderoso augmento de civilização.

Mas inda isto não é tudo. O homem cheio de privações, sem meios de as satisfazer, seria infinitamente desgraçado. Mas não seria menos para lastimar o homem sem necessidades. Seria uma pedra com fórma humana sem dor e sem prazer, sem actividade e sem vida, porque lhe faltava a sua causa determinativa. O homem é tanto mais feliz quanto maior for o numero das suas necessidades, com tanto que se não ache privado dos meios de as satisfazer. É o motivo porque ao passo que as primeiras necessidades se satisfazem vão apparecendo necessidades novas, exigindo a creação de novos productos, que successivamente vão absorvendo o tempo, que a simplificação do trabalho deixa livre.

É por isso que a troca, que produz o effeito de simplificar o trabalho, deixa livre parte do tempo anteriormente empregado todo na producção dos objectos necessarios, ainda nos apparece como um elemento

do bem estar e felicidade do homem, qual uma perenne fonte que lhe propina toda a sua nutrição e objectos de suas fruções. No estado da natureza cada homem pensa sómente de si; no do commercio cada um pensa e trabalha por todos e todos por cada um. Augmento de associados, riqueza, prosperidade, grandeza, poder e gloria de qualquer associação politica é o resultado infallivel do commercio.

Debaixo da sua influencia as necessidades combinam-se com os productos das regiões mais distantes; ligados por um laço occulto os povos trabalham uns para os outros, sem se conhecerem, vivendo em regiões distantes, e muitas vezes em epochas diversas; a humanidade ficou sujeita a um principio de solidariedade universal, que caracteriza a sociedade, e é a sua mais importante conquista.

O trabalho que fecunda o universo procura o homem em todas as suas relações, em busca de novas necessidades que satisfaça. Os homens reconhecem a sua reciproca dependencia, e não se olham já como inimigos senão como associados, como irmãos. A guerra succede a paz, e se existe rivalidade entre dous povos é sobre qual produzirá mais e melhor, sobre qual mais serviços prestará á humanidade.

Impellidas por essa necessidade de aperfeçoamento inherente á natureza humana, as industrias aperfeçoam-se a ponto, de que no seculo actual uma só cidade produz em um anno mais que antigamente em um seculo produzia uma grande nação.

Mas não se creia, que considerámos como circulação economica e verdadeira a simples transferencia do producto do logar da producção para o logar do consumo. Isso não basta. Essa circulação existia no mundo antigo, e a sociedade subsistia então por uma organização ficticia, anti-economica e immoral, que caiu só com o seu proprio pezo, embora causas estranhas viessem accelerar-lhe a ruína. Sirva de exemplo o mundo romano, que na phrase do sr. Alexandre Herculano, resumia e continha em si toda a civilização antiga, o mundo romano, que espelho do mundo antigo continha em si duas classes inteiramente oppostas, a oppressora e a opprimida, a que trabalhava e a que gosava o fructo d'esse trabalho, o escravo e o homem livre. A circulação que existia não era perfeita, porque não era conforme ás leis economicas. A liberdade das trocas não determinava as relações dos serviços, nem estes eram devidamente remunerados. A imperfeição da circulação actuou sobre a civilização limitando-lhe a área, e é por isso que n'essas eras não se fundam as grandes descobertas tão frequentes nos nossos dias. As ondas do Mediterraneo traziam a Roma é verdade os cereaes do Egypto, os estofos da India, os quadros e estatuas da Grecia, a cera e o mel da Hespanha, e milhares de outros objectos destinados ao consumo d'aquelle povo, que dominava o mundo inteiro. Mas isso era mais uma perpetua arrecadação de impostos do que um commercio regular.

Fundada n'uma organização artificial a sociedade romana, impellida pela lei do progresso, essa regra geral de tudo o que existe, teve de fazer successivas concessões á natureza, até que, raiando o dia em que o christianismo proclamou a igualdade nos homens, a sociedade romana morreu, e só restou o nome ligado ainda por alguns seculos a uma sociedade nova.

Se na sociedade romana foram contradictas as leis naturaes, depois da invasão dos barbaros foram desconhecidas; e só depois que o christianismo, penetrando nos espiritos, lavrando pela sociedade, operou nos costumes, e nas idéas uma transformação con-

forme aos seus principios, começou o reinado da liberdade e da igualdade, e nasceu essa grande era de civilização, que já conta em seus annos tão preciosas conquistas.

Foi então que a circulação adquiriu o seu maior desenvolvimento; os seus meios se facilitaram pela criação dos bancos, pela intervenção das letras de cambio, pelas novas descobertas, em que nós os portuguezes tomámos tão grande parte, pela applicação do vapor á navegação, e mais tarde á viação terrestre, etc.

O commercio, que já na meia idade tinha, como diz Mane, dado os primeiros golpes no feudalismo, propagou-se por toda a parte; e os commerciantes, que atravessavam os mares e os continentes, que percorriam o mundo de uma a outra extremidade, creando pela troca dos productos relações entre povos desconhecidos ou inimigos, eram os verdadeiros apóstolos do progresso, os soldados pacíficos da civilização, e os missionarios da santa causa da solidariedade e fraternidade humana.

Graças a estas relações commerciaes, que se travaram entre todas as nações, ao mesmo passo que o bem estar se augmentou, que até mesmo as condições favoraveis do clima de uma região, que pareciam serem destinadas pela natureza só a um certo numero de homens, se tornaram communs até para as regiões menos distantes, a guerra perdeu os seus titulos, que pedia não já ao direito, mas á necessidade.

Graças ao commercio a civilização caminha a passos de gigante, a ponto de fazer esperar que não virá longe a epocha em que se realice o sonho de algumas intelligencias grandes e generosas de outras eras, que pensaram no estabelecimento da paz perpetua.

Sem o commercio o universo existiria dividido em familias, que poderiam agrupar-se, reunir-se uma ou outra vez; mas nunca formar uma sociedade duradoura e regular.

O commercio, mas o commercio conforme aos principios da liberdade e da justiça, o commercio livre do systema protector, o mais anti-social de todos os systemas; eis a grande alavanca da civilização do seculo 19.<sup>o</sup>, eis o grande motor do desenvolvimento da humanidade.

(Continúa.)

SILVEIRA DA MOTTA.

ORIGINALIDADE DA NAVEGAÇÃO DO OCEANO ATLANTICO SEPTENTRIONAL, E DO DESCOBRIMENTO DE SUAS ILHAS PELOS PORTUGUEZES NO SEculo XV.

### III.

UMA das cartas de Gracioso Benincasa, a ultima d'elle porventura, nem por ser de 1471, e feita em Veneza, indica com precisão os descobrimentos, que já n'aquella epocha tinhamos feito no Atlantico. Se ao sul do Estreito já traz Porto Santo, Madeira, etc. ao norte não designa as dos Açores, já no seu tempo descobertas todas, porque mal pôde suppôr-se que é para as indicar, que n'este lado do oceano põe quatro ilhas com os nomes *Jsola de Brazil*, *Colombi*, *Jsola de Ventura* e *S. Giorgio*. Como reconheceremos n'estes nomes tão estranhos os que os portuguezes deram ás ilhas açorianas? Só ha um *S. Giorgio* (*S. Jorge*) que effectivamente corresponda a uma das ilhas. Se Benincasa não tinha conhecimento dos Açores,

as suas ilhas são phantasticas, e prendem n'uma mesma cadêa com as da carta de Pizzigani de 1367, com as da catalã de 1375, com as do atlas da bibliotheca Pinelli, hoje do barão de Walckenaër; com as da carta de Bianco de 1436; com as da de Valsequa de 1439: se o cartographo veneziano conhecia os Açores, mas ainda imperfeitamente, por serem de poucos annos descobertas (que só assim se pôde conceber a inexactidão de numero e nomes improvisados, corruptos ou arbitrarios, que dá ás suas ilhas) a sua incorrecção, á força de apparecer n'outras cartas, diz-nos que se communicára, ou por copia de monumentos anteriores, ou por addição que n'elles se fazia dos erros de cartas posteriores; vindo a figurar n'umas e n'outras, sem que se possa facilmente atinar com quem fosse o peccador original.

João de Beauvau, bispo de Angers, no reinado de Luiz XI, tomando, de obras latinas mais antigas, noções cosmographicas, acabou de escrever em 1479 o seu *Traité de la figure et image du monde*, que se conserva na bibliotheca nacional de Paris. Sobre o Atlantico, e recentes descobrimentos maritimos dos portuguezes as suas noções são nenhuma. A sua sciencia é a dos antigos. O que diz no capitulo 15.<sup>o</sup> sobre oceano e ilhas o comprova. "... *La (au destroit de Gibraltar, escreve elle) sont troys isles desquelles ceulx qui passent en Espagne en voient l'une près la terre d'occident. Et y a une ymage de pierre tenant des clefs en sa main en dénotant que oultre ce lieu n'y a point de terre habitable. Et en chascune des autres isles y a semblablement une ymage selon la manière dessus dicte...*" Além d'estas tres ilhas, revestidas ainda da ficção grega das Columnas de Hercules, falla de dezeseis ilhas sobre as costas de Africa, que não mostra conhecer senão até antes da zona torrida, que ainda capitula, como os antigos, de inhabitavel, por causa do calor intenso, bestas ferozes e serpentes. Das navegações portuguezas no alto mar Atlantico, das suas ilhas, e das costas occidentaes de Africa, já por nós descobertas a aquelle tempo, nada mostra saber. O mappa-mundi da obra mui rara de Antonio de la Salle, é contemporaneo das nossas descobertas, inda que anterior ás de Colombo. Ao sul do Estreito põe cinco ilhas: proxima da fronteira ás costas continentaes uma outra: em frente das Hespanhas, no alto mar Atlantico, nenhuma. Defronte de França traz um grupo de cinco pequenas ilhas sem nome. Quereria significar as dos Açores? A incerteza dos conhecimentos positivos de la Salle é tamanha que põe as Britanicas no parallelo da Prussia. D'esta arte largo é o campo que deixa aberto a conjecturas contradictorias. Podendo já ter conhecimento das ilhas atlanticas descobertas por nós, não as representando ou calando-lhes os nomes, mostra que, ou nada sabe de positivo d'esta parte de nossos descobrimentos; ou não pudera ainda obter d'elles noticia cabal; ou os julgára, no seu orgulho e inveja de estrangeiro, de tão mesquinha importancia, que não valiam a pena de os particularisar!

Se ainda depois dos nossos descobrimentos maritimos muitos dos cosmographos da Europa continuaram ou na ignorancia, ou na incerteza do horisonte que iam alargando ao conhecimento do mundo real; não admira que os arabes permanecessem igualmente, ou por mais tempo, nos velhos erros derivados do seu systema geographico, sobre todos defeituoso, porque se apropriava sem nenhuma critica as mais disparatadas contradicções e inverosimilhanças.

Bakoui Yakouti, auctor arabe do 15.<sup>o</sup> seculo, ainda mostra ignorancia completa do oceano Atlantico, e terras que n'elle descobrimos. Do archipelago das

Canarias só menciona seis ilhas, que mal conhecia pela fabula que d'ellas conta. «É ali que os sabios (diz elle) fixam o primeiro gráu das longitudes. Em cada uma d'estas ilhas ha uma estatua de cem covados de altura, que é como fanal para dirigir os navios, e advertil-os que não ha caminho além.» Isto em pleno seculo 15.<sup>o</sup> depois das nossas descobertas e navegações no alto mar Atlantico, e principalmente depois de nossas particulares expedições áquellas mesmas ilhas desde o reinado de Affonso IV (1331-1344), um seculo antes de Bakoui! Sobre o Atlantico ainda o geographo arabe tem como dissemos a mesma antiga erronea opinião, e d'elle diz que: «Ao occidente de Hespanha está o mar de *Asouad*, ou Negro, (em contraposição ao *Mediterraneo*, que alguns auctores arabes chamavam *mar Verde*) ao qual chamam mar das Trevas.»

Soyuti é auctor arabe da segunda metade do seculo 15.<sup>o</sup> Fallando no seu *Meracid* (especie de dictionario geographico) de ilhas Perennes, e de ilhas Afortunadas, diz que «se acham internadas no mar circumdante da parte do poente, perto de duzentas farsangas. Dizem (continúa elle) que estão inteiramente desertas.» É assim que o escriptor oriental conhecia tão mal as ilhas do Atlantico, que continúa nos preconceitos dos seus naturaes, que as diziam inteiramente desertas, sem ter noções positivas com que rectifical-os.

Ben-Ayas, cosmographo arabe, compõe em 1516 a sua obra *Cheiro das flôres nas maravilhas do Universo*. A respeito do oceano considera-o tenebroso, innavegavel, com ilhas umas habitadas, outras desertas, distinguindo entre ellas duas chamadas Afortunadas, cada uma com idolo de pedra de cem covados de altura, «e em cima de cada idolo uma es-

tatua de latão, que indica com a mão, que além d'ellas não ha nada.» Ben-Ayas copia sem duvida Ibn-Wardy, e cae nas mesmas contradicções. Se o mar occidental é tenebroso, se «a sua agua é turva, e ninguem ousa aventurar-se n'elle pela difficuldade de o navegar,» como se sabe que tem grande numero de ilhas umas desertas, outras habitadas? Com esta opinião da impossibilidade de se navegar no Atlantico, e em tempo em que taes navegações nos eram já familiares, mostram os arabes, que o não navegavam, e que a seu respeito não tinham mais do que as tradições da antiguidade, de cujos auctores geographos tomaram a denominação que lhe davam de mar tenebroso, idéa vulgar no tempo dos gregos e dos romanos, como já notámos com testemunhos de não menores auctoridades que Quinto-Curcio e Seneca.

El-Makkari, que nos annos 1628-1629 escreveu a sua *historia das dynastias mohamméticas em Hespanha*, falla ainda de sete ilhas Eternas, com torres de cem covados de altura, e um idolo sobre cada uma d'ellas, «apontando com a mão para o mar, como se quizesse dizer *não se passa além d'estas ilhas.*» Falla das Afortunadas para o norte, e diz que a mais proxima d'ellas é a Britania (*Birtanniyah*) «que está no meio do oceano e que não tem montes nem rios.» E continúa, que os habitantes d'ella «bebem agua da chuva, e cultivam a terra.» Tudo isto é notavel por sua extrema confusão! A ignorancia em que o escriptor arabe ainda está a respeito de ilhas atlanticas, quanto diz da Inglaterra, que põe no numero das Afortunadas, nol-o comprova!

(Continúa.)

JOSÉ DE TORRES.



JAPÃO — ENTRADA DO PORTO DE MURU.

As costas do Japão offerecem uma grande quantidade de portos e ancoradouros; mas a maxima parte d'elles mal seguros e incommodos. Em geral têm pouca profundidade, e os navios de tonelagem mais consideravel vêm-se constrangidos a surgir a grande distancia da terra. Ha comtudo alguns em que mesmo os maiores navios europeus poderiam ancorar com toda a segurança. Tal é o de Fiogo, cidade situada na bahia, e em frente de Osakka. Este porto é muito vasto, e aberto do lado do meio dia. Similhante exposição tornava-o bastante perigoso, e foi para obviar a tão grave inconveniente, que o im-

perador Féki mandou construir um dique, para cortar a violencia das vagas, que custou sommas enormissimas, e a vida de muitos operarios. Este dique, obra hydraulica colossal, foi feito pelo systema do famoso *talha-mar* de Plymouth, e outros, de que a Inglaterra com justo motivo se ufana.

Os portos do Japão costumam ser defendidos com umas pequenas torres, ou fortins, guarnecidos de artilharia.

A nossa estampa representa a entrada do porto de Muru, cuja entrada defende um dos fortins a que acima nos referimos, e que mais parece uma barra-

ca, que um castello. Na mesma estampa se vê fundado um alteroso junco japonês, que é uma boa amostra d'este exótico genero de embarcações.

#### ESTUDOS SOBRE A GUINÉ DE CABO VERDE.

##### V.

*O interior da praça de Bissáu. — A formiga que come ferro. — Fr. Manuel de Vinhaes ou Fr. Paulo de Lordello? — 1702 e 1838; analogias que fazem córrer. — Como restabelecer aqui a civilização? — O Richerismo e Wittemberg: como o entendem os negros de Guiné. — A soberania popular, e a onça. — O que é um rei de Bissáu e o seu scepro.*

É um facto incontestavel n'esta colonia, que aos ministros da religião, tanto aos da ordem do episcopado, como aos simples presbyteros, e principalmente aos membros das corporações de regulares, deve ella os passos que tem dado na estrada dos conhecimentos, e da civilização, de que estão hoje os naturaes mais afastados do que estavam em meados do seculo passado. Tambem é um facto incontestavel, porque as ruinas, tanto na ordem physica como na moral, o confirmam, que a auctoridade civil, entregue a si propria, tem sido impotente e descuidada, ou damnosa e malefica, ou tem deixado que os pretos volvam ao seu antigo barbarismo, ou os avexa com tropelias, ou se lhes roja aos pés.

Assim, em quanto só pela influencia dos frades pôde el-rei D. Pedro II ser levado a escrever n'um dia de março de 1692, e com verdade: «que se ía continuar a obra da fortaleza de Bissáu para condescender com as rogativas do rei de Bissáu, que a pedia para assim se evitar o irem ali estrangeiros fazer vexame aos seus vassallos a pretexto de negociarem;» logo que a auctoridade civil cuidou em seu orgulho, que as armas e a força eram mais poderosas que o burel, e que lhe ficava mal acceitar o auxilio da igreja, a que quiz immediatamente sobrepor-se, como fez José Pinheiro, e tem feito em toda a parte muitos José Pinheiros, cuja raça parece ter augmentado muito, viu-se o mesmo rei forçado, apenas com 10 annos de intervallo, a escrever a provisão de 16 de abril de 1702, em que mandava demolir a mesma fortaleza; e, o que é ainda mais eloquente, determinava que se *embarcasse tudo o que n'ella houvesse, assim de gente, como artilharia, armas e mais munições.*

E verdade que os negros estavam todos indispostos contra a dominação portugueza, e não podia o valor e a pericia nada contra uma sublevação geral? é verdade que o rei era enganado por aquelles que se tinham vendido ao ouro da França, e queriam entregar este bom ponto commercial aos especuladores d'aquella nação? Ambas as supposições tem por si bons fundamentos; e qualquer d'ellas mostra bem o que deixei dito, maximè se se quizer fazer a comparação com o que temos visto desde 1810 para cá.

E nem para obedecer ao rei teve intelligencia, ou patriotismo essa auctoridade. Cuidou de si, pôz-se ao abrigo de qualquer má eventualidade; mas a artilharia, muita parte das munições e petrechos ficaram em Bissáu ao abandono, e facil preza a quem queria ter o trabalho de ir buscal-os: chegando o escandalo a tal ponto, que ali foram os francezes, passados alguns annos buscar, duas peças das que ali estavam por terra abandonadas, e com bem pena de não poderem levar todas, que mais tarde vieram buscar, mas já não acharam.

Como se ainda isto fosse pouco, vê-se que por ordem regia de 15 de março de 1702 se fixaram as daxas (presentes, ou tributos) em 260\$000 réis annuaes; e que em 6 de maio seguinte uma carta regia ordenava ao governador de Cabo Verde que dêsse ao rei de Bissáu *uma data*, a maior que se costuma dar aos reis circumvisinhos á praça de Cacheu, a qual se lhe repetiria em diversos tempos do anno.

Comparando-se estas disposições com o teor da carta regia de 28 de fevereiro de 1698, que entre mais cousas diz o seguinte: «Em quanto a fortaleza (de Bissáu) se não achar em sua ultima perfeição, e com a guarnição de infantaria e artilharia necessaria, e capaz de defender-se e impedir-se com isso aos estrangeiros a entrada n'aquelle porto a fazerem negocio com os negros, se haja (o capitão-mór) n'esta materia com toda a dissimulação;» conhece-se que a pusillanidade tinha substituido a confiança, o que seis annos apenas tinham bastado para esta decadencia tão rapida.

Vê-se finalmente pela carta do capitão-mór de Cacheu de 10 de fevereiro de 1710, e carta regia de resposta ao governador de Cabo Verde, em 13 de novembro do mesmo anno; que foi tão desastrado o abandono que Portugal fez d'este ponto, que os francezes já tratavam de vir aqui fundar uma feitoria da companhia franceza; projecto que não puderam então realisar por obstaculos nascidos no seu proprio paiz, mas que ainda nutriam perto de 40 annos depois, como se reconhece pela memoria dirigida por Vinhaes ao marquez de Pombal.

Assim, em quanto os missionarios trabalharam só, a influencia portugueza cresceu n'estas paragens, a ponto de que foram os proprios negros que reclamaram de nós que tomassemos a ilha e a elles mesmos sob a nossa protecção.

Depois que a auctoridade leiga desprezou o auxilio dos missionarios, e se sobrepoz a elles, e os maltratou por inveja, vimo-nos obrigados a fugir, e a deixar cair das mãos o que elles nos tinham dado.

E como se isto fosse pouco: o vilipendio cresceu, assim que a força não pôde mais sustentar o que tinhamos adquirido pela affeição, e que perdemos quando a esta succedeu o desamor.

E de vilipendio em vilipendio chegamos a ponto de estarmos á mercê dos barbaros, que deviam ser nossos vassallos, e que elevamos a tyrannos dos nossos compatriotas estabelecidos em Bissáu.

E se ainda uma vez nos envergonhamos de nossa fuga, e quizemos readquirir o perdido, e firmal-o mesmo, tivemos necessidade de um missionario...

Mas os missionarios desapareceram: e depois... e agora?... vae vêr-se.

Feita esta nova fortaleza, pelo modo que já contei, a que estado chegou a auctoridade nas mãos dos delegados do governo? Em 1826 Moacho é esbofeteado mesmo á sombra dos canhões da praça, por um d'aquelles regulos, cujos negros podem, se quizerem, expulsar d'ali a guarnição portugueza, nua, esfomeada e desmoralizada, e que treme diante dos numerosos bandos de papeis que vê diante de si. Não o fizeram, porque não quizeram, porque lhes não lembrou, ou porque a memoria de Sebastião da Cunha ainda lhes inspirava pavor, e tinham medo de o vêr erguer-se da cova? não sei.

Em 1830, um dos regulos faz deitar J. A. de Matos, governador da praça, em cima de um banco, onde o seguravam alguns negros, e toca-lhe no pescoço com um machete para lhe mostrar que podia degolal-o se quizesse, e expulsar da fortaleza e da povoação todos os portuguezes, que esperavam, transidos de susto, que rolasse pelo chão a cabeça do seu gover-

nador, e quasi nem sentiam a sua em cima dos hombros: e que ficaram como se de novo tivessem nascido quando viram, que tudo se remediára mediante o saque, que soffreram; e os presentes que o governador teve de dar aos negros.

Em 1838, o governador de Bissáu representou ao governador geral de Cabo Verde contra as extorsões e vexames que diariamente estavam soffrendo os negociantes de Bissáu, especialmente do rei de Intem, e pedindo providencias que remediasssem tão grande mal, a que não podia pôr cobro *por não ter força*: e as providencias que deu este governador geral foi mandar que se dêsse a esse regulo um presente mensal, que se estipulou que constaria do seguinte:

Uma espingarda . . . . .	4\$800
25 arrateis de polvora . . . . .	6\$000
2 barras de ferro . . . . .	3\$200
12 frascos de agua ardente . . . . .	7\$600
Valor em baralhos . . . . .	21\$600

O que era isto? um presente? importava um premio ás tropelias que tinha feito, e um incentivo mui forte e guloso para continuar n'ellas, mesmo afim de que o premio crescesse na proporção da gentilezas que era destinado a galardoar. E de feito, ellas cresceram, posto que o premio ficasse estacionario.

Um tributo? importava a confissão vergonhosa de uma fraqueza irremediavel, ou que se não sabia remediar; e em ambos os casos devia augmentar a insolencia, e por tanto as extorsões e os vexames, que por outro modo se não podiam cohibir.

O que era? era um tributo; o tributo, que se offerecia de joelhos á fraqueza insolente de um barbaro para obter d'ella alguns momentos mais de indolencia e sybaratismo.

Que nome deva ter esse sentimento não sei eu; mas sei que o não conheciam os nossos antigos portuguezes, que pela cruz e pelo rei commettiam essas heroicas façanhas, que o mundo ainda hoje admira; que não conheciam esses homens inermes, que iam atravez de longas e penozas difficuldades procurar os perigos; que todos os dias, a todas as horas, e a todos os momentos expunham a sua vida pela salvação das almas; que encravam sem pestanejar, e soffriam sem dar um ai, os tormentos mais horriveis pela conversão dos infieis, e pela gloria e prosperidade da patria, cujo amor era para elles uma segunda religião.

E a esse sentimento que se submeteram esses que blazonam de valentes, porque a fortuna lhes pendurou uma espada (bem se vê que não me dirijo aos que são verdadeiramente militares); que se inculcam homens politicos, porque olham com vistas enxutas para aquelles a quem mandaram assassinar a sangue frio; que se chamam espiritos fortes, porque desprezam a religião; que se alcunham de philosophos, porque não crêm em Deus; e sabios, porque sabem o valor que tem a vida, e os quilates do ouro da Costa; e por isso desejam poder crer que depois da morte nada mais ha para o homem, e que devem gosar n'esta vida tudo, se puderem. São esses os que se escondem quando farejam o perigo; e que se aviltam, porque não sabem quão grande é a dignidade do homem, e não podem apreciar a nobreza d'esse sentimento, chamado patriotismo.

E por culpa d'esses taes philosophos a civilisação fugiu completamente d'estas paragens, e nunca mais a ellas voltará sem que antes mudem de dominador, ou sem que este mude de systema. Aqui não ha meio termo. Ou seremos expulsos por effeito d'uma sublevação geral d'estes povos, ou por um acôrdo entre

elles e a França ou a Inglaterra, que olham com inveja para o pouco que ainda nos resta, e que poderia ser muito se quizessem olhar para isto deveras: ou havemos de reconhecer que os nossos avós sabiam mais do que os seus orgulhosos netos, porque sabiam ser christãos, e emendar a mão.

Eu sei que isto custa muito á vaidade ignorante de muito estadista improvisado; mas não lhe vejo outro remedio; e digo mais, que qualquer demora é prejudicial, porque pode tornar incuraveis os males, e irremediavel o desfecho.

Saibâmos ser christãos; demos a este povo missionarios; condemnemos as funestas lições dessa escola, que destruiu em vez de reformar os estabelecimentos religiosos, que o despotismo tinha viciado, ou posto de parte como incompativeis com a sua indole. Chamâmos-nos liberaes, e imitâmos os despotas, ou encarecemos os seus maleficios?

Langando os olhos pelas truncadas paginas da nossa historia n'estas paragens, eu notava que a decadencia das colonias datava da epocha em que na metropole se enfraqueceu o patriotismo, cujos maravilhosos caracteres appareciam n'essa devoção tão santa á causa da patria, n'essa obdiencia tão christã, e tão de filhos ao rei. Opprimia-se-me o coração de dôr ao descobrir que aquelle patriotismo se tinha debilitado, assim que a religião deixou de ser o laço, que prende o homem a Deus, e á observancia de suas leis, para ser empregada em meio de policia, e méla de governo, de que resultou ser pouco depois considerada por alguns espiritos obsecados como um traste inutil, ou um vexame intoleravel, que as luzes do seculo repellem.

Todos nós sabemos quantas cousas, e tão fóra do commum, e até quasi prodigiosas, apprehenderam e fizeram os nossos antepassados, para quem o rei era um reflexo de Deus, e ao mesmo tempo a personificação da patria! Quando o soldado portuguez se arrojava ao mais ferido das batalhas, com o nome de Christo nos labios e no coração, quem é que ousava resistir-lhe? quando o rei mandava, era a voz de Deus que se fazia ouvir; e Vasco da Gama, e Alvares Cabral descobriam novas terras, ou sondavam mares desconhecidos. . .

E que n'esses tempos, que para vergonha nossa desprezâmos, o patriotismo era o que devia ser, uma segunda religião, que participava do que a natureza tem de mais santo, a piedade filial, do que a fé tem de mais divino, a religião: e por isso Portugal produziu heroes, e mais ainda que heroes, produziu martyres. Heroes no campo, na cidade, e na côrte; heroes até no claustro: martyres no cenobio, no clero e na milicia; martyres até nos palacios.

Mas depois que os reis se envergonharam de parecer-se com Christo, levados pela soberba de serem uns quasi deuses com poderes sem limite; depois que renegaram de sua origem catholica para receberem das mãos de um pantheismo absurdo uma sombra de auctoridade vã, ou para irem buscal-a ás theorias de Cramner, acharam-se frente a frente com as doutrinas de Fourier e de Luiz Blanc; descêram cuidando que subiam, e apagaram de sobre a fronte a auréola mysteriosa, que lhes mostrava a origem do seu poder! Desde então tudo se rebellou contra elles, assim como se rebellaram contra Deus, e cessaram as homenagens que tinham passado a ter o homem por objecto, pois o homem não foi creado para obedecer a outro homem por direito seu proprio; e nenhum homem pôde conceder-lho, porque o não tem de si.

(Continúa.)

J. M. DE SOUSA MONTEIRO.

BERNARDIN DE SAINT-PIERRE (1).

## IV.

NESTA epocha traçava Saint-Pierre o plano da *Arcadia*, poema em doze cantos, de que não se publicaram senão dous. Se a *Arcadia* se tivesse concluído, seria provavelmente a primeira das epopéas em prosa. Pela harmonia da composição, é um marmore de Carrara talhado por Praxitelles; pela delicadeza dos detalhes, é um mimo saído das mãos de Cellini; pela melodia, é uma ecloga virgiliana guardando a harmonia do metro, sem se ligar ás tyrannicas oppressões da rima. Nunca o estylo na prosa tinha tocado essa pureza, essa transparencia, essa limpidez em que elle primou. Assim como as ondas do Eurotas correm placidas por entre as ribanceiras recamadas de verdura, assim nos dous cantos do poema, o enredo desenvolve-se claro, rapido, natural atravez de graciosos episodios, em que a mythologia grega se amenisa ao contacto regenerador da poesia christã.

A idéa esthetica do auctor foi de um immenso effeito moral. Oppôr a barbaria de um povo á idade aurea de uma nação de pastores, descrever um imperio na decrepitude, traçar uma harmonia completa d'estes tres periodos de toda a sociedade humana; tal é a difficilissima e transcendente synthese, que se desenvolve nos dous primeiros cantos da *Arcadia*, e dos fragmentos, que restam dos outros.

N'esta epocha Bernardin achava-se n'uma situação verdadeiramente angustiosa: a miseria batia-lhe de novo á porta. Instrumentos de physica, collecções reunidas nas suas viagens, livros, vestidos, tudo estava vendido á falta de outros recursos. Compreendendo, que a confecção do seu poema lhe absorvia muito tempo, que poderia empregar n'uma obra, em que dêsse mais largo e rasgado vôo á sua imaginação ardente e fervida, abandonou o manuscrito, e decidiu-se a encarar a natureza por um outro prisma, por uma nova face. Arcando com a propria miseria, impavido diante do seu espectáculo medonho, sem ceder ao terror do seu apanagio funebre, começou a estudar a historia de todos os seres creados. Convencido de que uma providencia benefica preside a todos os acontecimentos n'este theatro vastissimo, a que chamam o mundo; persuadido de que a desgraça do homem provém unicamente do desprezo dos immutaveis principios das leis naturaes; guiado por um tacto fino e delicado, escolheu para ponto de partida um infinitamente pequeno atomo do cosmos: os insectos, e as flores.

Em toda a parte a Providencia apparecia-lhe como testemunha e ministro da divindade. Despido de todos os prejuizos do seculo 18.<sup>o</sup>, resolveu-se a combater com coragem as theorias materialistas, e estabeleceu para base do seu triumpho a mesma materia de que Helvetius e Lemettrie se tinham servido para formular os seus systemas atheus. Quiz finalmente deduzir uma doutrina espiritalista do estudo e contemplação da natureza! Idéa formosa, que só o genio podia conceber, e que produziu os *Estudos da Natureza*.

O successo do livro foi immenso. A occasião era propicia; porque os espiritos estavam fatigados de ouvir as praticas materialistas prestarem-se á linguagem, que lhes fallava ao coração, sem ferir a intelligencia. Deus e a Providencia foram uma novidade; tornaram-se a moda nas sociedades dos *êtres sensibles* em toda a França, ou antes na Europa illustrada.

A este livro seguiu-se o seu livro-monumento, o que devia levar o seu nome á posteridade, não com uma gloria ephemera e passageira, mas gravado em todos os corações com caracteres indeleveis. Foi o *Paulo e Virginia*, e em seguida *la Chaumière indienne*: as suas duas obras primas. O primeiro é a realisação do systema harmonico de Bernardin, reduzido ás formulas gigantescas, magestosas e seductoras da poesia, e da litteratura. O author justifica ali, applicando-o, o systema de *bellas artes*. Estão ali impressos os contrastes variados e sensiveis entre a natureza e a sociedade, o amor e o pudor, entre a melancholia solitaria, poetica e phantastica, e o tumulto vertiginoso das grandes cidades: estão ali reunidos n'um quadro aprazivel, seductor e natural a elegancia e a simplicidade da fórma, como n'um quadro de Raphael; a riqueza, a amenidade do estylo, a verdade de caracteres, e a fidelidade das observações locaes brilham ali em todo o seu esplendor e belleza. Pela ficção é um romance muito superior á *Daphnis et Cloé* de Longus; pelas cores e pelas imagens é um poema.

*Paulo e Virginia* é o monumento litterario de mais valor, talvez, que produziu a geração, filha do seculo passado.

Bernardin não parou aqui. Durante a sua velhice preparava novos trophéos com que ornasse o seu throno. Profundando cada vez mais a theoria das *Harmonias*, que era a continuacão e complemento dos *Estudos*, pretendeu desenvolvê-la cabalmente sobre bazes mais largas. Talvez n'essa grande obra, que se tivesse sido levada a effeito não teria menos de 12 volumes, poder-se-ia criticar a Saint-Pierre o ter feito caminhar demasiado breve o seu systema, e a sua idéa capital. A sua imaginação viva e brilhante, como o sol rompendo por entre as trevas, desvaira-se muitas vezes nos accessorios, com que embelleza o pensamento principal. A imaginação é muitas vezes uma apparição magica demasiado viva, que pôde cair na degeneração, e formar um contraste pouco agradavel: perde-se como Armida nos seus jardins encantados.

(Continúa.)

J. C. HARCOURT.

ENSAIO DE UMA DISSERTAÇÃO HISTORICO-CRITICA SOBRE OS FACTOS MAIS CONTROVERSOS DA HISTORIA DO CONDE D. HENRIQUE, PRIMEIRO SOBERANO DE PORTUGAL, E TRONCO DA AUGUSTISSIMA CASA REINANTE.

## SEGUNDO PONTO.

*A sua jornada, ou jornadas á Terra Santa.*

## VI.

AFFIRMANDO pois alguns historiadores, que o conde D. Henrique foi um dos doze capitães, designados para a conquista de Jerusalem no anno de 1099, apenas darei uma brevissima instrucção, para que os meus vindouros, e pôde ser que algum cisterciense, o que Deus permitta, cheguem esta discussão a todo o ponto de clareza e verdade, que ella possa admittir. A lacuna desde 1098 até 1100, que foi conhecida pelo auctor das dissertações chronologicas, é no meu entender a única, de que se pôde lançar mão, para a jornada do conde D. Henrique. Bem sei que os historiadores coevos, nomeando os principaes commandantes da expedição, parecem excluir o nosso

(1) Continuado de pag. 58.

D. Henrique, (1) porém o historiador principal da primeira cruzada (Guilherme de Tyro) confessa que foram mais do que os por elle nomeados *et alii plures, quorum nomina non tenemus, nec numerum* (2). Não me despedirei d'esta controversia, sem propôr aos meus leitores até onde chegou a affouteza das minhas conjecturas. Aparecem no catalogo d'esses tão afortunados, como valorosos capitães, uns dous irmãos, Henrique e Godofredo de Asca, e o segundo, durante a marcha dos exercitos, foi deputado á côrte do rei de Hungria (*quod ejus a nullis retrò temporibus familiaritatem habuerat*) e o rei o saudou com o titulo de *vir amicitiarum* (3). Quantas vezes me tem lembrado, que este Henrique poderia ser o nosso? Lembrar todavia não é resolver, nem decidir.

### TERCEIRO PONTO.

*As ultimas acções de sua vida.*

#### I.

SEM que eu chegue a ter a minima lembrança de reputar de menos pezo os historiadores coevos e domesticos, que os coevos e estrangeiros, ha certos, e não poucos successos, em que o testemunho dos estranhos póde entrar em concorrência com aquelles, (os primeiros) mórmente quando estes mais calando, ou não escrevendo, nem por isso impugnam a existencia dos factos. A mui succinta *Chronica dos Godos* faz menção, de que o conde D. Henrique tomára Cintra aos mouros em 1109, e não diz uma só palavra, d'onde se possa inferir, que a cidade de Lisboa, já de muita consideração no dominio dos arabes, fosse tomada pelos christãos n'esse anno, ou em o precedente. Refere sim a tomada de Lisboa pelo rei D. Affonso VI em 1093, assim como a de Cintra, que foram por elle dadas a seu genro o conde Raymundo; e como a ultima d'essas praças figure como retomada aos mouros em 1109, d'ahi se pode inferir, que os nossos, não podendo conserval-a, quando não fossem expulsos á viva força pelo menos a teriam abandonado. Ora é bem crível, que perdida ou abandonada Cintra não se pudesse conservar Lisboa, que teria de passar logo para as mãos dos seus mais tyrannos, que possuidores. Entretanto os annaes de Noruega apresentam uma conquista de Lisboa em 1108, que não deve ser tida por fabula, ainda que os estrangeiros a contem, visto que, sendo esta faganha praticada pelos seus naturaes, correm parelhas n'este caso com os mais acreditados historiadores. . . Foi Sigardo I, rei de Noruega, o conquistador de Lisboa em 1108, pois começando no precedente a sua viagem á testa de uma expedição composta de sessenta velas, e dez mil homens de tropa de desembarque, tomou de passagem aos mouros Compostella na Galliza, Cintra, Alcaccer, e Lisboa em Portugal, e as ilhas de Formentera, d'Yviça, e de Maiorca. Chegou á Palestina em 1109, e foi ahi grande parte na conquista de Sidonia pelo rei Balduino, e em

(1) Vem muito a proposito fazer aqui memoria da doação da infanta D. Urraca ao mosteiro de S. Pedro de Eslonça, que é a 16.<sup>a</sup> do appendice do tomo 4.<sup>o</sup> da chronica do benedictino Yepes, e que tem a data de 14 de maio de 1099, e na qual D. Raymundo, conde de Galliza, e sua mulher D. Urraca, e outro sim D. Thereza Affonso, filha do rei (Affonso VI) confirmam, sem que ahi appareça o conde D. Henrique.

(2) *Historia belli sacri*. Basileae, 1549, livro 2.<sup>o</sup> cap. 1.<sup>o</sup>, pag. 35 e 36.

(3) O appellido de Asca era nobilissimo no ducado de Lorena, como se vê das escripturas 38 e 40 no appendice do tomo 6.<sup>o</sup> da chronica geral da ordem de S. Bento pelo chronista Yepes.

1110 regressou para os seus estados. (1) Assim o escreve um dos mais distinctos sabedores das cousas da Noruega, donde nos é licito ao menos suspeitar, que o conde D. Henrique auxiliaria o principe estrangeiro em as conquistas de Cintra, Lisboa e Alcaccer.

#### II.

Ora, que houvesse incertezas, e até ignorancia de factos capitaes da nossa historia, e que os estrangeiros venham socorrer-nos, e dar luz aos nossos mui esclarecidos fastos, pois é na historia das fundações dos mosteiros de Cister, que pela primeira vez appareceu em linguagem uma conquista de Lisboa pelo rei e cruzados da Noruega, é mui facil de acontecer, pois muitos successos das nações europeas, ou não bem tratados, ou escurecidos pelos seus proprios historiadores, podem illustrar-se, e ser restituídos ao seu verdadeiro ponto de vista pelo subsidio da historia portugueza; mas que para as ultimas acções do conde D. Henrique tivéssemos um auctor coevo e domestico, e até agora ou nunca, ou mui levemente aproveitado pelos nossos historiadores, é caso mais estranho, e que demanda todas estas prevenções, para que não succeda cair sobre mim a *hoste dos criticos lusitanos*, e taxar-me de inventor de algum novo *Menegaldo*, ou *Laimundo* para auctorisar com elles as minhas narrações. D'este aleive assaz me defende a arte typographica, que, se ainda não existisse, viria tempo em que, desencaminhando-se da livraria do mosteiro de Alcobaça o livro, a que eu tivesse recorrido, eu teria de fazer, mais, ou menos anno, o papel de Fr. Bernardo de Brito. Na historia já citada do mosteiro de *Sahagum*, vem como appendice uma *historia do mosteiro*, escripta por dous monges anonymos, dos quaes o primeiro foi socio do abbade Domingos primeiro do nome, que falleceu em 1117. D'elle transcrevi o seguinte, que para maior commodidade dos leitores ponho aqui em linguagem, certificando-os de que pelo menos conservei a substancia do texto, e fiz por guardar em algumas palavras a sua primitiva côr, que tambem é este um dos caracteres da antiguidade do MS., e um abonador da confiança, que elle nos deve merecer.

(Continúa.)

#### RECEITA PARA TORNAR INOFFENSIVOS OS COGUMELLOS VENENOSOS.

Macera-se, por espaço de duas horas, uma libra de cogumellos (500 grammas) cortados em bocados de mediocre grandeza, em um litro, ou duas libras de agua acidulada com duas ou tres colheres de vinagre, ou duas mãos cheias de sal, não havendo o vinagre. Passadas as duas horas, lavam-se os cogumellos em bastante agua: depois deitam-se em agua fria, que se faz ferver, e tendo assim estado um quarto de hora, ou meia hora, tiram-se do lume, lavam-se novamente, limpam-se, e preparam-se ou como guisado especial, ou como condimento. Comportam o mesmo tempero, que os cogumellos comestiveis.

A descoberta d'esta preciosa receita deve-se ao sr. F. Gérard. É mister porém, que haja toda a cautella em experimentar a efficacia da tal receita, que aliás vimos publicada no *Magasin Pittoresque*, semanario que gosa de uma bem fundada reputação.

(1) Torfaei. *Hist. Norweg.* Part. 3.<sup>a</sup>, l.<sup>o</sup> 8., cap. 1.<sup>o</sup> e seg.